



A Construção e Consolidação De Uma Comunicação Comunitária: A Práxis Como Modelo Gestor¹

Maiara dos Santos MARINHO²
Vanessa Doumid DAMASCENO³
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS

Resumo

Neste trabalho estudamos sobre a participação da Comunicação Comunitária na sociedade brasileira, quais premissas para a construção desta outra comunicação, além dos seus princípios e finalidades em uma pesquisa-ação com educandas da Escola Estadual Félix da Cunha - Pelotas/RS. Este tema tem sido motivo de estudo para autores/as que apresentam diversos apontamentos e perspectivas acerca do mesmo. Partimos do pressuposto que para a consolidação de uma comunicação verdadeiramente contra-hegemônica nos moldes comunitários é fundamental um processo permanente de formação através dos princípios freirianos da educação libertadora. Para isso, a teoria e a prática devem estar presentes na iniciativa para esta outra comunicação a fim de possibilitar transformações emancipatórias na vida daqueles e daquelas envolvidas indireta ou diretamente.

Palavras-chave: comunicação; hegemonia; contra-hegemonia; comunicação comunitária; educação libertadora.

Comunicação Comunitária: Conceito, Histórico e Atuação

Os estudos sobre Comunicação Comunitária são recentes no Brasil assim como os processos comunicacionais caracterizados como comunitários. Ela surge enquanto processo de ampliação de novos mecanismos e maneiras para que qualquer grupo silenciado em diversas circunstâncias, pudesse falar. As mudanças ocorridas historicamente na maneira de comunicar seja por uma mídia tradicional ou por uma mídia popular, são frutos das modificações tecnológicas e sociais que exigem novas reconfigurações e ressignificações na sociedade. Segundo Peruzzo (1998, p. 155) “a comunicação comunitária, tal como se apresenta no final da década de 90, tem suas raízes nas manifestações comunicacionais que marcaram época na sociedade brasileira, no contexto das transformações ocorridas a partir do final da década de 70”. Mas, a comunicação comunitária ainda vive um processo de desafios e descobertas. Para Peruzzo (2008, p. 11), “demarcações precisas de fronteiras entre elas tendem a não resistir à realidade, que costuma extrapolar os conceitos, por sua

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Interfaces Comunicacionais, da Intercom Júnior – XII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 7º semestre do curso de Jornalismo da UFPel, e-mail: dossantos.mai@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Centro de Letras e Comunicação da UFPel, e-mail: nessad@uol.com.br

dinamicidade e caráter inter e transrelacionado constituídos”. A autora menciona também ser mais importante nos atentarmos a como os processos são feitos e por quais agentes, do que estabelecer características conceituais fechadas ao afirmar que

há mais o que diferenciar entre as formas de comunicação ditas populares ou comunitárias que são dirigidas ao “povo” por intermédio dos meios de comunicação comerciais – ditas populares – e aquelas protagonizadas por cidadãos ou movimentos e entidades associativas de interesse público, do que entre comunicação popular e comunitária (PERUZZO, 2009, p. 55).

Partindo desse pressuposto, defendemos a comunicação comunitária constituída como historicamente ela é conhecida, isto é, a partir de princípios de horizontalidade, participação ativa, democracia na sua construção e ser pertencente à comunidade. E “quando falamos em comunidade, estamos nos referindo a um certo espaço que pode ser tanto físico como simbólico; falamos de pertencimento, de elementos em comum que formam determinada comunidade” (FILHO, 2008, p. 76). Além disso, o autor nos faz atentar a perceber o conceito de “comunidade” de dentro para fora, evitando assim a construção de rótulos e/ou estereótipos. Isto acontece quando a fala hegemônica define o que a fala marginal⁴ gostaria de explicar caso tivesse a possibilidade de ter sua voz aceita para construir significados. Quando se coloca um fim conceitual para situações únicas e específicas, não se permite a possibilidade de transformações reais ou de sua realização em espaços nos previstos no seu conceito. Com isso, qualquer atividade relacionada à comunidade pode ter um caráter simplesmente assistencialista (FILHO, 2008). Sendo assim, trabalharemos com esta concepção de comunidade ao reconhecer que as educandas⁵ participantes deste projeto representam um grupo com as características acima descritas. Desde a década de 60, pós golpe militar, os grêmios, os movimentos secundaristas, os diretórios centrais de estudantes, ou seja, a *comunidade estudantil*, utilizou do mecanismo da comunicação principalmente em jornais impressos e folhetins para falar sobre a repressão e também sobre sua atuação nesse contexto.

A comunicação comunitária é uma das formas de comunicação não comercial no Brasil, diferenciando-se no seu processo e no conteúdo dos veículos tradicionais, gerenciado por um pequeno grupo de famílias com poderes políticos e econômicos,

⁴ Marginal, na perspectiva de Coutinho (2008, p. 72) é “determinação social: um adjetivo que designa homens pobres, trabalhadores, que sobrevivem com um ‘salário de fome’ e, em alguns casos, roubam e traficam drogas; e não um substantivo, um *objekt*, uma abstração, uma coisa em si, fora da história, como quer a grande mídia”.

⁵ Educando, na perspectiva de Paulo Freire (1992), é alguém que se torna educando “quando e na medida em que conhece, ou vai conhecendo os conteúdos, os objetos cognoscíveis, e não na medida em que o educador vai depositando nele a descrição dos objetos, ou dos conteúdos” (p. 47).

responsáveis por conglomerados⁶ de comunicação. As afinidades e as diferenciações conceituais nos termos *popular*, *comunitária* e *alternativa*, no caso da comunicação, é, na verdade, uma ressignificação dos conceitos, pois “vem se desenvolvendo ao longo da história uma práxis comunicacional – teoria e prática – diversa e que se modifica em conformidade com o contexto histórico em que se realiza” (PERUZZO, 2008, p. 2). O primeiro termo a ser utilizado foi o de *Comunicação Popular*; em que, originalmente, seria comunicação feita pelo povo e outras formas foram surgindo e inter-relacionando-se. Segundo Peruzzo (2008, p.3 - 4), o que existe é uma corrente onde estão inseridos os termos popular, alternativa e comunitária. Com algumas “diferenças de perspectiva política” e “modo de produção dos seus conteúdos”. Sua origem “se vincula à ação dos movimentos populares desde os anos de 1970”. No entanto, segundo a autora, o processo de redemocratização do país influenciou para a configuração da especificidade em cada termo. Tanto para diferenciar as características de cada tipo de comunicação como para diferenciá-las daquilo que a mídia comercial tenta fazer e diz ser comunicação popular e comunitária.

Na tentativa de olhar os frutos desta outra comunicação de luta pela democracia, de alternativa de espaço não-silenciado, é preciso resgatar e trazer para estas definições o/a protagonista deste movimento: o/a oprimido/a. O sujeito que construiu a possibilidade de comunicar num espaço que não o criminalizava, construiu através da necessidade de dizer, seja sobre as condições estruturais do bairro, seja sobre sua própria condição de ser um outro estereotipado (FILHO, 2008). Sendo a Comunicação Comunitária fruto da necessidade de existir através da fala/escrita, entendemos, portanto, sua construção ainda como um processo permanente de formação e transformação.

Entendemos a comunicação comunitária como um mecanismo de expressão necessária para as mulheres, para negros e negras, para a comunidade lgbtt, para as trabalhadoras e trabalhadores, para estudantes secundaristas, representantes da cultura popular; indivíduos e grupos presentes, muitas vezes, como fonte de informação de maneira pejorativa em discursos na mídia hegemônica que reproduzem as opressões inclusive e, principalmente, nos programas de entretenimento. E, justamente por isso, defendemos que sua construção deve incorporar os princípios da educação libertadora⁷ para o processo

⁶ Conglomerado é um tipo de concentração em que um pequeno grupo de indivíduos/sócios/famílias controla diversas empresas do mesmo ramo.

⁷ Para Freire (1970, p. 69), “o importante do ponto de vista de uma educação libertadora, e não “bancária”, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros.”

formativo constante e permanente de desconstrução de um discurso e de uma prática hegemônica para ter, como objetivo, uma comunicação comunitária verdadeiramente contra-hegemônica. Para Santos (2008, p. 42),

a “Comunicação Comunitária” gera um repertório de resistência não porque se volta, necessariamente, de modo crítico/analítico sobre o discurso excludente – mas porque constrói um outro lugar para observar seus próprios interesses e objetivos, pelo menos parcialmente diferente do lugar discursivo que os exclui. Este parece ser um horizonte fundamental a se vislumbrar.

Este *horizonte* deve ser origem da práxis como modelo gestor, seja em uma escola de comunicação comunitária onde a teoria seja a discussão profunda, respeitosa e democrática sobre questões raciais, de gênero, sociais, econômicas, políticas ao redor da sociedade e das nossas vidas individualmente, em paralelo com práticas comunicacionais como fruto deste processo formativo; seja em um veículo de comunicação comunitário que se proponha a fazer debates e discussões acerca de um tema a partir do momento em que ele vira pauta para, posteriormente, ser trabalhando jornalisticamente. A comunicação comunitária é imensa, com diversas e distintas características a depender de sua organização, origem, processo, localidade. Talvez o mais importante não seja delimitar uma cronologia, mas observar por que o movimento começa a se expressar naquele contexto em que se inicia; e, a partir daí, qual nossa finalidade ao utilizar este mecanismo de expressão popular e comunitária e por quais motivos.

A Comunicação Educativa Como Parte do Processo Formador de Comunicadores/as Comunitários/as

As construções contra-hegemônicas, alternativas e problematizadoras na sociedade são sempre permeadas de complexidades, pois para sua construção é preciso levar em consideração diversos elementos como o contexto, quem constrói, mecanismos utilizados, o caminho a ser percorrido, etc. Com a Comunicação Comunitária não é diferente. Como dissertamos, ela pode ser vista como um sinônimo de comunicação alternativa e popular com algumas especificidades, assim como ainda há dificuldade em pontuar características muito próprias. Aqui nós enfatizamos a necessidade de um processo formativo constante e permanente para o fortalecimento da contra-hegemonia na prática da comunicação comunitária através do esforço cotidiano de desconstrução feito pelo processo de diálogo com a teoria.

A Comunicação Educativa, segundo Kaplún (2002), busca de alguma maneira um resultado formativo. Isto é, para o processo de uma comunicação democrática, dialógica e horizontal, é fundamental o processo educativo ainda que a construção de uma comunicação comunitária não seja feita no espaço escolar. O autor faz uma análise sobre os modelos de educação para comparar com os modelos de comunicação através da perspectiva de Díaz Bordenave. Com isso, apresenta três modelos em dois grupos. Os primeiros são os Modelos Exógenos (1. educação com ênfase no conteúdo e 2. educação com ênfase nos efeitos) e o segundo é o Modelo Endógeno (3. educação com ênfase no processo).

1. Educação com ênfase no conteúdo: tal modelo tem origem europeia e é baseado na transmissão de conhecimentos. Caracterizado como modelo de educação bancária por Paulo Freire onde não há intercâmbio de ideias, não há meios para que educandos/as possam refletir pois somente recebem fórmulas e devem aceitá-las. Para Kaplún (2002, p. 24),

En la medida en que sigamos asumiendo el clásico papel de emisores, de poseedores de la verdad que dictamos esa verdad quienes “no saben”; en la medida en que sigamos depositando informaciones e ideas ya “digeridas” en la mente de nuestros destinatarios, por liberadores y progresistas que sean los contenidos de nuestros mensajes, continuaremos siendo tributarios de una comunicación autoritaria, vertical, unidireccional.

Este modelo tem como objetivo que o/a educando/a aprenda e seu processo é vertical.

2. Educação com ênfase nos efeitos: é baseado em uma educação manipuladora e tem origem nos Estados Unidos, na década de 40, durante a II Guerra Mundial. Segundo Kaplún (2002, p. 28), “se desarrolló precisamente para el entrenamiento militar, para el rápido y eficaz adiestramiento de los soldados”. Tem como objetivo que o/a educando/a faça e sua finalidade é a construção de hábitos. Também é, assim como o primeiro, um modelo vertical.

3. Educação com ênfase no processo: o último modelo a ser apresentado tem como premissa a educação libertadora e tem origem na América Latina. É baseado na ação-reflexão-ação. O principal organizador deste pensamento é Paulo Freire através de uma educação de emancipação⁸ dos indivíduos e, conseqüentemente, transformação da sociedade. Aqui a educação é feita pelas pessoas entre si mediadas pelo mundo. Para Kaplún, enfatizar o processo é

⁸ Segundo Carlos Eduardo Moreira (2008, p. 163), “a emancipação humana aparece, na obra de Paulo Freire, como uma grande conquista política a ser efetivada pela práxis humana, na luta ininterrupta a favor da libertação das pessoas de suas vidas desumanizadas pela opressão e dominação social.”

ver a la educación como un proceso permanente, en que el sujeto va descubriendo, elaborando, reinventando, haciendo suyo el conocimiento. Un proceso de acción-reflexión-acción que él hace desde su realidad, desde su experiencia, desde su práctica social, junto con los demás. Y en el que hay también quien está ahí – el “educador/educando” - pero ya no como el que enseña y dirige, sino para acompañar al otro, para estimular ese proceso de análisis y reflexión, para facilitárselo; para aprender junto a él y de él; para construir juntos (2002, p. 45).

Isto é, criar condições para reflexões e que o sujeito aprenda a aprender. O objetivo deste modelo é que o sujeito pense e ele é horizontal.

Para Freire (1985), a pedagogia se relaciona diretamente com a comunicação, pois afirma que a relação comunicativa entre os sujeitos e os objetos passíveis de aprendizado é essencial para o ato de aprender. Assim como a educação necessita reconhecer a comunicação como parte do processo educacional para o ato cognoscitivo, a comunicação comunitária deve aplicar as concepções de uma educação libertadora onde as relações não sejam baseadas somente entre um emissor e um receptor, mas para que seja um intercâmbio de informações, de fortalecimento crítico do pensamento e de possibilidades de emancipação dos/as novos/as comunicadores/as comunitários/as. A educação libertadora⁹ representa uma maneira de educar e ser educado/a. Segundo Paulo Freire (1970, p. 72), é importante “que tal forma de educação implique a superação da contradição educador-educandos, de tal maneira que se façam ambos, simultaneamente, educadores e educandos”. Este método deve também estar presente na construção da comunicação comunitária. Com isso, todos e todas serão fruto e agente desta outra comunicação. A comunicação comunitária e educativa não são dois processos separados, mas sim conjuntamente trabalhados para gerar um resultado advindo de formação e participação ativa e, com isso, serem processos com resultados verdadeiramente contra-hegemônicos. Aqui, a práxis agiria como modelo gestor. A Comunicação Educativa, segundo Kaplún (1998, p. 7),

“concebida desde esta matriz pedagógica tendría como una de sus funciones capitales la provisión de estrategias, medios y métodos encaminados a promover el desarrollo de la competencia comunicativa de los sujetos educandos; desarrollo que supone la habilitación de vías horizontales de interlocución e intercomunicación”.

Para isso, deve superar o esquema emissor – receptor e monopolizador da palavra, muitas vezes reproduzida pelas classes subalternas, pelos veículos ditos alternativos e por parte da esquerda e do jornalismo sindical, como menciona o autor na década de 90, mas

⁹ Para Freire (1970, p. 69), “o importante do ponto de vista de uma educação libertadora, e não “bancária”, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros.”

realidade ainda presente no século XXI. Para evitar a reprodução de um discurso e práticas hegemônicas se faz importante a práxis democraticamente presente na construção da Comunicação Comunitária.

Algumas experiências ditas alternativas já consolidadas nacionalmente ou regional e local apresentam diversos vícios da comunicação hegemônica em diferentes níveis. Esses vícios, possivelmente, são resultados da ausência de mecanismo e processos formativos para sua constituição. Para desconstruir uma linguagem transfóbica, homofóbica, machista, racista, é necessário dialogar com as pautas e demandas dos movimentos sociais. Debater e refletir profundamente o que estes movimentos estão dizendo e introduzir isto no cotidiano da comunicação para desconstruir, gerando, portanto, a contra-hegemonia na prática com uma nova estrutura de texto, de notícia, de reportagem; com linguagem inclusiva e desconstruída; com uma construção que faça ressignificar conceitos. Ao defendermos a educação com ênfase no processo como mecanismo para a construção e consolidação de uma comunicação comunitária, estamos defendendo a práxis (teoria + prática) como modelo gestor cujo ato cognoscitivo se dá a partir da dialética¹⁰.

Comunicação Comunitária no espaço escolar e Educomunicação: diferenciações e aproximações teóricas e práticas

Anteriormente, pudemos dialogar sobre os conceitos e as práticas da comunicação educativa. Vimos quais modelos de educação existem na nossa sociedade e como eles são aplicados. Com isso, foi possível relacionar também os tipos de processos comunicacionais, chegando à conclusão de que o modelo educativo com ênfase no processo está diretamente relacionado com os objetivos desta outra comunicação que defendemos. No entanto, é preciso refletir quais as aproximações e os distanciamentos entre Comunicação Comunitária e Educomunicação em uma pesquisa-ação que envolve um processo comunicacional, realizada em uma escola.

Os estudos de Educomunicação são recentes no Brasil. Segundo Soares (2011), o termo surgiu pela primeira vez no país em 1999 a partir de um trabalho de pesquisa de 176 especialistas de 12 países da América Latina, no Núcleo de Comunicação e Educação da USP. Com isso, partindo

da premissa de que educomunicação, conceito que – no entendimento do Núcleo de Comunicação e Educação da USP – designa um campo de ação emergente na interface

¹⁰ Segundo Zitkoski (2008, p. 128), “o que Freire aponta de novo em sua concepção dialética é a compreensão de história e do papel/importância da subjetividade humana na construção do mundo socioculturalmente estruturado”.

entre os tradicionais campos da educação e da comunicação, apresenta-se, hoje, como um excelente caminho de renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de expressão de todos os seguimentos humanos, especialmente da infância e da juventude (SOARES, 2011, p. 15).

Isto é, a educomunicação é o processo de ensino-aprendizagem mediado por processos comunicacionais com o objetivo de abrir novos espaços interlocutores de expressão de educandas e educandos. Isto é feito a partir de uma metodologia pedagógica que envolve, da maneira que o/a educador/a preferir, elementos comunicacionais. No entanto, estes autores responsáveis pelo estudo realizado pela USP fazem parte da segunda geração de educomunicadores em que “a contribuição de cada um, enquanto pesquisador ou gestor de projetos, acabou por oferecer substancial ajuda para o entendimento da natureza da interface comunicação/educação” (SOARES, 2011, p. 66). A primeira geração, segundo o autor, é composta por Paulo Freire e Mario Kaplún como os precursores da área e os primeiros educomunicadores tanto pela atuação de cada um como pela reflexão teórica. Os dois tiveram participações importantes nesta práxis já mencionada. Freire foi responsável pelo programa de alfabetização a distância do Movimento de Educação de Base (MEB) e Kaplún, em processos radiofônicos. A terceira geração é composta por profissionais do início do século XXI atuando em esferas da sociedade civil, na mídia e no sistema educativo formal entendendo a importância da prática educomunicacional como política pública. E a quarta geração é representada por universitários que trabalham em projetos colaborativos. Ainda sobre a definição do termo, Soares (2009, p. 199) comenta que

En dirección al diálogo con el otro – personal o institucional -, en la misma búsqueda por la autonomía y libertad de la palabra, el concepto de *educomunicación* se usa para designar la búsqueda de articulaciones colectivas y dialógicas en función del uso de los procesos y herramientas de la comunicación, para garantizar el progreso y el desarrollo humano.

Para Kaplún (1997) – teórico argentino que utilizava como termo de designação *Comunicación Educativa* para o que hoje é a *Educomunicação*, segundo Oliveira (2011) – não se pode cair no erro de apenas utilizar-se de procedimentos e ferramentas tecnológicas se a lógica pedagógica for a mesma da educação bancária de emissor – receptor. Sendo assim, para o autor, ainda que, aparentemente, a educação tenha se “modernizado”, mantém-se o modelo transmissor. Como consequência desse procedimento pouco crítico, “lo que aparentaba ser una modernización de la enseñanza, por cuanto la asociaba a las nuevas tecnologías electrónicas, se tradujo así, evaluado en términos pedagógicos, en un estancamiento, por no decir en un retroceso” (KAPLÚN, 1997, p. 5). Para evitar repetir

este modelo bancário de educação/comunicação, deve-se utilizar os mecanismos tecnológicos criticamente para realização de “flujos de interlocución”.

Entendemos haver uma diferenciação entre os conceitos de Comunicação Educativa, segundo Kaplún e Educomunicação segundo Oliveira. Para o primeiro, há o elemento pedagógico emancipador fortalecendo o processo crítico, reflexivo e transformador dos atuantes em algum projeto comunicacional. Relaciona os dois de maneira íntima, pois defende que devem possuir dinâmicas e metodologias na mesma lógica horizontal, participativa e emancipadora. Pressupõe a transformação do sujeito e da sociedade. Para o segundo, trata-se de uma política pública que introduz no espaço *escola* - como a conhecemos - mecanismos tecnológicos e comunicacionais como ferramenta de expressão da juventude. Para nós, os dois processos são importantes e, na contemporaneidade, se faz cada vez mais necessário a escola tradicional pensar a mídia e dialogar com o universo da comunicação para tentar desconstruir o modelo padrão de aprendizagem. No entanto, a principal semelhança desta pesquisa com a educomunicação é que a comunidade em diálogo é a escolar, convidada para pesquisar as problemáticas e as possibilidades da construção e consolidação de uma comunicação comunitária onde a contra-hegemonia pode dar-se através do processo formativo possibilitado pela educação libertadora. Sendo assim, nesta pesquisa não é o ensino-aprendizagem que está sendo mediado por um processo comunicativo e, sim, o processo comunicativo que está sendo mediado pela educação libertadora na comunidade escolar. Portanto, para este estudo nossa ênfase será na ideia original da comunicação educativa com *ênfase no processo* baseado nos princípios expostos por Freire e Kaplún.

Ideologia, Hegemonia e Contra-Hegemonia: desafios e perspectivas para a Comunicação Comunitária

O caminho para a construção e consolidação da comunicação comunitária abarca alguns fatores nos campos da ideologia, da hegemonia e da contra-hegemonia, assim como a crítica à cultura da mídia como parte importante para pensar uma comunicação distinta desta hegemônica. A construção de uma outra cultura de comunicação deve utilizar a crítica para a desconstrução da cultura hegemônica da mídia. A comunicação comunitária é o reflexo da necessidade gerada pela desigualdade nas vozes e no conteúdo do que se constitui como jornalismo hegemônico. Para explicitar as ideias presentes na defesa da necessidade de uma comunicação contra-hegemônica, é importante nos atentarmos –

primeiramente – à força e aos mecanismos da ideologia no campo da comunicação. Kellner (2001) aponta a necessidade de entendermos a ideologia não só na perspectiva econômica de classe como pressupunha Marx e Engels. Ainda que eles tivessem razão ao apontar esse elemento ideológico sobre a estrutura da sociedade, teóricos contemporâneos e os próprios movimentos sociais vêm acrescentando outros elementos para além deste ampliando a definição de ideologia. Sendo assim, a ideologia se manifesta não só sobre a dominação de classe e econômica, mas também sobre a dominação de raça, etnia, sexo, etc.

Muitos críticos propuseram com correção que o conceito de ideologia se estendesse e passasse a abranger teorias, ideias, textos e representações que legitimem interesses de forças dominantes em termos de sexo e raça, bem como de classe. Dessa perspectiva, fazer crítica da ideologia implica criticar ideologias sexistas, heterossexistas e racistas tanto quanto a ideologia da classe burguesa capitalista (KELLNER, 2001, p. 79).

Sendo assim, a ideologia é manifestada por um determinado interesse de classe, sexo, raça, etnia, gênero, seja da classe dominante quanto da classe dominada visto que elas se manifestam não só de maneiras distintas como, muitas vezes, de maneiras opostas. Entendendo que os interesses econômicos e políticos estão inter-relacionados com as questões de sexo, raça e etnia, podemos afirmar que os interesses ideológicos dos responsáveis pela permanência e manutenção dos conglomerados midiáticos contêm perspectivas neoliberais¹¹ inclusive nos discursos e nas construções de sentido sobre cultura, moral e costumes. Se reconhecermos que a riqueza de alguns é fruto da pobreza de (muitos/as) outros/as, é possível admitir que a manutenção das opressões, como o racismo, por exemplo, é interessante ao neoliberalismo pois mantém um grupo significativo na marginalidade, com condições de trabalho indignas, e os coloca em um ponto de partida em extrema desvantagem em relação aos brancos e brancas, principalmente se forem de classe baixa ou residentes de favelas e regiões periféricas. Sendo assim, se os conglomerados midiáticos definem seu editorial, suas pautas e seu discurso com o objetivo de consolidar seus interesses políticos e econômicos em uma sociedade capitalista, por óbvio o discurso e a linha editorial reproduzirão em larga escala a opressão e a tentativa de construção de um consenso a fim de não perderem seus privilégios ainda que, com o advento da internet, alguns veículos tradicionais de comunicação tentem “variar” seus conceitos. Nas palavras de Moraes (2016, p. 28), “se deve considerar (...) que elites e classes hegemônicas

¹¹ Neoliberalismo é uma linha política e teórica que defende a pouca intervenção de governos no mercado de trabalho – aumentando, com isso, a terceirização da mão de obra -, a ampliação da privatização de empresas estatais entre outras políticas de acumulação de capital.

revidarão toda vez que forem arranhadas suas estruturas de domínio ou ameaçados seus privilégios e ambições lucrativas”.

A definição do conceito de ideologia é apenas o começo de uma longa reflexão sobre poder e contrapoder de maneira concreta e simbólica de dominação no campo da comunicação hegemônica e da comunicação comunitária enquanto processo contra-hegemônico. É preciso também refletir as maneiras de utilização da ideologia para a construção e consolidação de uma outra comunicação. Segundo Kellner (2001), os processos de crítica ao sistema dominante devem ir além do discurso utópico. Evidentemente, não há problemas em fazê-lo, mas ter algo onde sustentar o argumento. Por isso, ele defende a importância da utilização de um discurso e de uma prática que possa sustentá-lo. Portanto, assim como é importante fazer a crítica ideológica através do discurso é preciso atentar-se às imagens, aos símbolos, mitos da cultura da mídia (KELLNER, 2001), pois estes também são elementos de construção ideológica.

Numa cultura da imagem dos meios de comunicação de massa, são as representações que ajudam a constituir a visão de mundo do indivíduo, o senso de identidade e sexo, consumando estilos e modos de vida, bem como pensamentos e ações sociopolíticas. A ideologia é, pois, tanto um processo de representação, figuração, imagem e retórica quanto um processo de discursos e ideias (KELLNER, 2001, p. 82).

A dialética existe quando a realidade age sobre a teoria e vice-versa, onde ambas se mantêm e se transformam, mutuamente na história (KONDER, 1982). Por isso, para além de pensar a ideologia é necessário entendermos a hegemonia nesta cultura da mídia. Para Gramsci (apud Moraes, 2010, p. 54), “a hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre outra”. Este consenso “espontâneo” surge do prestígio – sua função no mundo da produção – onde o indivíduo ou o grupo se situa historicamente e na sociedade. No entanto, ela não se dá de maneira ocasional. É parte da superestrutura da sociedade representada pela sociedade civil – instituições como a igreja, escola, partidos políticos, meios de comunicação, ou seja, os responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias – e representada pela sociedade política – “mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da coerção sob controle burocrático unido à aplicação das leis” (MORAES, 2010, p. 57). Segundo Gramsci (1968), este segundo grupo atua quando o consenso “espontâneo” falha.

No entanto, esta hegemonia é resultado de disputa constante na sociedade pelo consenso entre grupos convergentes e divergentes a atual ordem social. A hegemonia na perspectiva de Gramsci, nas palavras de Moraes (2016, p. 16),

tem a ver com confrontos de valores e convicções, bem como medições de forças atuantes em determinado contexto histórico. Uma direção político-cultural eficiente depende não somente da força material que o poder confere, como também de estratégias de argumentação e persuasão, ações concatenadas e interpretações sobre o quadro social.

Sendo assim, ela pode mudar no decorrer de mudanças conjunturais de poder, opinião pública e agentes atuantes na disputa de ideias através de seus mecanismos de *argumentação* e *ações concatenadas*. Enquanto se mantém a hegemonia sob domínio de grupos privilegiados e de prestígio em uma sociedade desigualmente estruturada em relação à classe, gênero, raça e etnia, a dominação do capital através, também, da mídia hegemônica se manterá silenciando vozes, criminalizando lutas, marginalizando o *marginal* e construindo uma realidade distinta da realmente vivida pelas classes subalternas. Para modificar essa lógica é preciso propor algo que recrie, transforme, ressignifique, reconfigure o discurso e as práticas hegemônicas. Assim age a contra-hegemonia: construção de uma nova cultura através da crítica da cultura hegemônica pela práxis social. Para isso é necessário, “mais do que nunca, cada ação progressista para conquista ou retomada de posições (...) organizada e alicerçada em valores ético-políticos” (MORAES, 2016, p. 28). A contra-hegemonia pressupõe a reconfiguração social e política, uma maneira contrária a organização social, política e cultural vigente, de prestígio e que possibilita privilégios e desprivilegiação. E, a partir desta reorganização, constituir uma outra sociedade, com outros valores e costumes. Portanto, a sua finalidade é a transformação radical e permanente da atual ordem hegemônica. Ela se expressa na comunicação comunitária não pelo simples fato desta ser constituída em uma comunidade, mas somente se a entendemos como um espaço de diálogo horizontal, de participação, reflexão e debate incansável com a finalidade de transformar e dar sentido às vidas subalternas e à organização cultural do capitalismo. Para isso, é preciso um discurso e uma prática não só contrárias às da mídia hegemônica, como também com uma organização diferente desde a raiz de sua origem e constituição.

Metodologia

Em abril deste ano foi apresentado para educandas e educandos da Escola Estadual Félix da Cunha – Pelotas/RS a presente pesquisa. Após feito o convite, 5 educandas do

Ensino Médio se propuseram a construir o projeto. Foram feitas, portanto, atividades formativas em paralelo com oficinas práticas. No primeiro encontro, por exemplo, apresentamos um documentário sobre a trajetória dos movimentos sociais no Brasil e, posteriormente, fizemos uma oficina de redação. Já no segundo, debatemos o direito à cidade na perspectiva de David Harvey seguido de uma oficina de fotografia. Nesta oficina, assim como na de audiovisual realizada na primeira semana de julho/2016, tivemos a colaboração de oficinairas. Na oficina de rádio, a Rádio Federal FM, da UFPel, esteve aberta para receber as meninas e familiarizá-las com o espaço e a constituição simbólica e concreta de rádios públicas. No total já tivemos, em média, 12 encontros. Os primeiros encontros foram realizados na escola seguindo o cronograma debate/oficina, no entanto, após o início da greve começamos a fazer nossos encontros no Instituto Mário Alves, instituto de estudos políticos localizado na cidade. Aqui tivemos contato com exposições fotográficas dos movimentos sociais em luta contra a ditadura civil-militar de 1964 e outros documentos importantes para reflexão e debate. Atualmente estamos gravando um audiovisual para falar sobre a greve dos/as professores/as do Estado, das ocupações nas escolas secundaristas da cidade e em alguns prédios da Universidade Federal de Pelotas.

A metodologia de pesquisa-ação é utilizada aqui por entendermos seu papel social importante enquanto metodologia de transformação dos sujeitos-sujeitos (pesquisador/a – “pesquisado/a”). Esta metodologia possibilita a pesquisa participante que prevê uma ação de transformação da realidade do local investigado. Além disso,

é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com uma resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLENT, 2011, p. 20).

Portanto, quando refletimos sobre a práxis em um processo comunicacional comunitário e iniciamos uma pesquisa para investigar sua viabilidade, é fundamental que a pesquisa pressuponha uma ação. Partindo desse pressuposto, entendemos que a metodologia aqui utilizada mantém o carácter inicial do objetivo deste trabalho que é buscar defender a práxis como modelo gestor de uma comunicação verdadeiramente contra-hegemônica.

Considerações Finais

Na prática, iniciar a busca contra-hegemônica na comunicação comunitária é um desafio onde certamente muitas contradições aparecerão. Ainda assim, ela deve ter como

finalidade a transformação social, possibilitar a emancipação de quem a constrói e quem a recebe – e também emite – e ter como resultado a transmissão de uma realidade que faça existir os *ninguéns*¹². “Dito de outro modo: o único meio ou canal que não pode ser anexado ao império midiático dos Marinho ou de Murdoch é o espaço – território – comunitário, onde se propaga o som da fala marginal” (COUTINHO, 2008, p. 64), fala esta que “luta pela significação da realidade”, de sua própria realidade. Em nossa perspectiva, uma outra cultura ético-política na comunicação somente é possível através do processo democrático de discussão incansável dentro dos princípios da educação libertadora e permanentemente problematizador, alinhado a práticas comunicacionais próprias daqueles e daquelas responsáveis por sua construção, sem que tenha um modelo padrão a ser seguido. Onde o modelo possa ser reconstruído e repensado a cada reportagem, a cada notícia, perfil ou crônica. Que seja reflexo da personalidade e da criatividade de cada participante. Mas sempre com responsabilidade social, isto é, com respeito a todos os *Amarildos*, a todas as *Claudias*, *Josés* e *Marias*, que, para a mídia hegemônica, são números sem histórias e lugar; e frutos da imposição do capital sobre suas trajetórias e destinos.

Referências Bibliográficas

DIALÉTICA. In: ZITKOSKI, Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte, Autêntica, 2008. p. 128.

EMANCIPAÇÃO. In: MOREIRA, Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte. Autêntica, 2008. p. 163.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação?. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.

_____, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____, Paulo. Extensão ou Comunicação?. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983.

_____, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1970.

GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1986.

KAPLÚN, Mario. Una pedagogía de la comunicación (el comunicador popular). La Habana. Editorial Caminos, 2002.

_____, Mario. De medios y fines en comunicación educativa. *Revista Chasqui*, Quito, n. 58, p. 4-6, jun. 1997.

¹² Poema de Eduardo Galeano.



_____, Mario. Procesos educativos y canales de comunicación. *Revista Chasqui*, Quito, n. 64, p. 4-8, dic. 1998.

KELLNER, Douglas. A Cultura da mídia: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. São Paulo. Edusc. 2001.

KONDER, Leandro. O que é Dialética. São Paulo. Editoria Brasiliense, 1982.

MORAES, Dênis. Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

MORAES, Dênis. Crítica da Mídia e Hegemonia Cultural. Rio de Janeiro. MAUAD Editora Ltda., 2016.

PAIVA, R. et al. Comunidade e Contra-Hegemonia: Rotas de Comunicação Alternativa. Rio de Janeiro. MAUAD Editora Ltda., 2008.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008, Natal, p. 1-15.

_____, Cicilia M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília, ECO-Pós, v. 12, n. 2, maio-agosto 2009, p. 46 61.

_____, Cicilia M. Krohling. Mídia Comunitária. *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: Umesp, n. 30, p. 141 – 156, 2º. Sem. 1998.

_____, Cicilia M. Krohling. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília, p. 1 – 16.

SOARES, Ismar de Oliveira. Caminos de la educomunicación: utopías, confrontamientos, reconocimientos. *Revista Nómadas*. Bogotá, n. 30, p. 194-207, abr. 1998.

_____, Ismar de Oliveira. Educomunicação – o conceito, o profissional, a aplicação – contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo. Paulinas, 2011.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo. Editora Cortez, 2011.